

EXCELENTÍSSIMO SENHOR MINISTRO RELATOR PREVENTO
ALEXANDRE DE MORAES
DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL

URGENTE

Prevenção: Ministro Relator Alexandre de Moraes (AP 2.428): artigo 83 do CPP; 66 e 69 do RISTF.

LINDBERGH FARIAS, brasileiro, deputado federal (PT/RJ) e líder da bancada do Partido dos Trabalhadores na Câmara dos Deputados, com endereço funcional na Praça dos Três Poderes, Palácio do Congresso Nacional, Câmara dos Deputados, Anexo IV, Gabinete 227, Brasília/DF, CEP 70160-900, lid.pt@camara.leg.br e (61) 3215-9131, vem, respeitosamente, à presença de Vossa Excelência, por intermédio de seu advogado subscritor, impetrar

MANDADO DE SEGURANÇA COM PEDIDO DE LIMINAR

com fundamento no art. 5º, LXIX, da Constituição da República e na Lei nº 12.016/2009, contra ato praticado pela autoridade coatora, a **Mesa Diretora da Câmara dos Deputados**, que descumpriu as decisões judiciais contidas nos acórdãos de sentença penal condenatória transitadas em julgado, que determinou a declaração da perda do mandato de Carla Zambelli e de Alexandre Ramagem, com fundamento no artigo 55, III, §3º, da Constituição.

I. PRELIMINAR.

1. Registra-se, preliminarmente, que o impetrante ajuizou, em **23 de setembro de 2025**, o **Mandado de Segurança nº 40.519**, originariamente destinado ao cumprimento da mesma decisão judicial ora discutida, o qual, contudo, foi **equivocadamente distribuído ao Ministro Luiz Fux**, embora a competência por prevenção fosse, como expressamente demonstrado na petição inicial, de Vossa Excelência, Relator da AP 2.428.
2. Em **24 de setembro de 2025** e novamente em **14 de novembro de 2025**, foram protocoladas petições sucessivas apontando o erro de distribuição e requerendo a correção da prevenção, porém o feito permanece **sem qualquer despacho desde 9 de outubro**, mesmo após o Ministro Fux ter

sido oficialmente transferido para a **Segunda Turma**, o que agrava o quadro de **negativa de jurisdição** em processo que possui natureza **prioritária e vinculada à execução de decisão penal transitada em julgado**.

3. Na madrugada de hoje, o **Plenário aprovou o arquivamento da Representação, no sentido de rejeitar a perda de mandato ou cassação da Representada Carla Zambelli, em afronta à decisão judicial**.
4. Diante desse cenário anômalo e da urgência incontornável do cumprimento da ordem judicial, impõe-se a presente impetração autônoma diretamente à Relatoria preventa, para assegurar a tutela jurisdicional tempestiva e impedir que a autoridade coatora continue a descumprir decisão deste Supremo Tribunal Federal.

II. DOS FATOS.

5. A deputada federal Carla Zambelli (PL-SP) foi condenada à pena de **10 anos de reclusão em regime inicial fechado, à perda do mandato eletivo** e ao pagamento de indenização por danos morais coletivos, como **responsabilização penal pela inserção de dados falsos em sistema da Justiça Federal, com invasão dos sistemas do Conselho Nacional de Justiça (CNJ)**, ao lado do *hacker* Walter Delgatti Netto. A condenação foi proferida pela **Primeira Turma do STF**, nos autos da Ação Penal nº 2.428.
6. Após a rejeição dos segundos embargos de declaração, sobreveio a **certificação do trânsito em julgado**. No curso do julgamento dos embargos, a parlamentar evadiu-se do território nacional, embarcando para a Itália dias antes da sessão de julgamento. A pedido do peticionário, ora impetrante, e após o Procuradoria-Geral da República requerer sua **prisão preventiva**, o Ministro Relator Alexandre de Moraes **deferiu a medida cautelar máxima para garantir a aplicação da lei penal e determinou sua inclusão no Alerta Vermelho da Interpol**.
7. Em 7 de setembro de 2025, a parlamentar foi **presa na Itália** e aguarda **procedimento de extradição**, após formalização do pedido pelo Ministério da Justiça, por efetivo **estado de foragida da Justiça brasileira**.
8. A Primeira Turma do STF, no acórdão condenatório com trânsito em julgado, **determinou expressamente a perda do mandato parlamentar**,

nos termos do art. 55, incisos III, c/c §3º da Constituição Federal. Trata-se, pois, de **ato de execução judicial de decisão penal definitiva**, com eficácia mandamental para a Mesa da Câmara dos Deputados.

9. Sobreveio, ainda, **fato superveniente de extrema relevância**, consistente no trânsito em julgado da **segunda condenação penal** da parlamentar, desta vez pelos crimes de **porte ilegal de arma de fogo e constrangimento ilegal**, ambos reconhecidos em sentença confirmada pelas instâncias competentes. Tal condenação, também com pena privativa de liberdade superior ao patamar constitucionalmente tolerável para o exercício do mandato, reforça a absoluta incompatibilidade entre sua situação jurídica e a exigência de comparecimento regular às sessões legislativas, além de consolidar, de forma incontroversa, a incidência dos efeitos previstos no art. 55, III, c/c §3º da Constituição. O novo título condenatório elimina qualquer resquício de dúvida sobre a obrigatoriedade de declaração imediata da perda do mandato pela Mesa Diretora, tornando ainda mais grave a recusa persistente da autoridade coatora em cumprir determinação judicial vinculante deste Supremo Tribunal Federal.
10. Apesar da clareza do acórdão, que determinou à **Mesa Diretora da Câmara** a simples **declaração da perda do mandato**, a autoridade coatora optou deliberadamente por descumprir a ordem judicial, instaurando procedimento político-deliberativo na Comissão de Constituição e Justiça, com oitivas, instrução probatória, apresentações de defesa e manifestações externas, nenhum dos quais tem fundamento constitucional. A Mesa, em vez de executar a decisão judicial, tenta submetê-la a controle político interno, reabrindo matéria definitivamente julgada pelo Supremo Tribunal Federal.
11. O procedimento instaurado, indevido, irregular e manifestamente inconstitucional, transformou a execução de decisão judicial em um processo contraditório próprio de cassação política, quando a Constituição, no art. 55, §3º, estabelece que nos casos dos incisos III e IV cabe **apenas declarar**, e não deliberar. A Mesa age em afronta direta ao STF, deslocando para si competência que não possui e subvertendo o sistema constitucional de freios e contrapesos.
12. Além disso, cumpre registrar que situação idêntica de descumprimento deliberado de ordem judicial ocorre no caso do deputado **Alexandre Ramagem**, também condenado pela Primeira Turma do STF, com **trânsito em julgado certificado**, à pena privativa de liberdade em regime inicial fechado, igualmente incompatível com o exercício do mandato.

No caso de Ramagem, o Supremo também determinou, com fundamento no **art. 55, III, c/c §3º, da Constituição Federal**, que a Mesa Diretora da Câmara dos Deputados **declara-se a perda do mandato**, mas, apesar de formalmente notificada, a autoridade coatora adotou a mesma conduta omissiva e protelatória verificada no caso Zambelli, permitindo que o parlamentar, atualmente foragido no exterior, continue formalmente investido no cargo, em evidente afronta à autoridade desta Suprema Corte.

13. Tal conduta configura **ato omissivo e comissivo ilegal**: omissivo, porque a Mesa não declara o que deve declarar por imposição constitucional; comissivo, porque cria procedimento artificial para impedir, retardar ou contornar ordem judicial transitada em julgado. A ilegalidade se perpetua diariamente, ferindo a autoridade da jurisdição constitucional, razão pela qual o presente mandado de segurança autônomo é necessário e urgente.

III. DA PREVENÇÃO DO RELATOR.

6. O presente mandado de segurança tem por objeto a **execução de decisão proferida nos autos da AP 2.428**, de relatoria do Ministro **Alexandre de Moraes**, no qual houve condenação penal definitiva da parlamentar, razão pela qual se impõe o **reconhecimento da prevenção** nos termos dos artigos 83 do CPP; 66 e 69 do Regimento Interno do Supremo Tribunal Federal.

IV. DO CABIMENTO DO MANDADO DE SEGURANÇA.

7. O mandado de segurança é a via constitucional adequada para impugnar **ato ilegal ou abusivo de autoridade pública** que viole direito líquido e certo, nos termos do art. 5º, inciso LXIX, da Constituição Federal, e da Lei nº 12.016/2009.
8. O direito líquido e certo aqui invocado é o de ver **cumprida decisão judicial com trânsito em julgado**, proferida pelo STF, que **determinou expressamente a perda do mandato parlamentar**. A autoridade impetrada, ao **submeter a decisão a trâmite interno deliberativo**, **excede os limites constitucionais de sua atuação** e viola frontalmente o artigo 55, §3º, da Constituição, o qual determina, em conformidade com a jurisprudência do STF, no caso do inciso III, que a perda do mandato será "**declarada pela Mesa**" após o trânsito em julgado.

9. O mandado de segurança é cabível inclusive contra atos omissivos, quando há **inércia inconstitucional da autoridade impetrada em cumprir decisão judicial definitiva**. O STF tem reiteradamente assentado que a **autoridade administrativa não detém poder de revisão ou juízo político sobre acórdão do Supremo Tribunal Federal** com eficácia executiva.

V. DA AUTORIDADE COATORA.

10. A autoridade coatora é a **Mesa Diretora da Câmara dos Deputados**, que, mesmo notificada do trânsito em julgado da decisão penal, **não procedeu à imediata declaração da perda do mandato da parlamentar**, limitando-se a encaminhar a matéria à CCJ, para tramitação processual própria, com previsão de oitivas e manifestações da defesa.
11. Trata-se de **usurpação de competência do Poder Judiciário**, especialmente porque a **perda de mandato foi imposta como efeito da condenação**, nos termos da Constituição Federal e nos exatos termos do acórdão condenatório. O juízo político foi afastado pelo STF, não cabendo à Câmara o reexame da medida, a rediscussão da matéria ou a realização de um julgamento paralelo no âmbito de uma Comissão Parlamentar da Câmara dos Deputados.

VI. DO DIREITO LÍQUIDO E CERTO.

12. O **direito líquido e certo** violado consiste no cumprimento imediato e integral da decisão judicial proferida no julgamento da AP 2.428, que determinou a perda automática do mandato parlamentar. Trata-se de direito líquido e certo não do impetrante pessoalmente, mas da própria ordem constitucional, cuja guarda incumbe ao Supremo Tribunal Federal.
13. A Constituição da República, no art. 55, III, estabelece que o parlamentar perderá o mandato quando deixar de comparecer, sem justificativa, a um terço das sessões ordinárias, o que é inevitável quando cumpre pena privativa de liberdade em regime fechado superior a 120 dias. Essa norma é complementada pelo §3º, que atribui à Mesa Diretora a função de **declarar a perda**, não de deliberar ou examinar o mérito.
14. O STF, no acórdão condenatório, interpretou sistematicamente o art. 55, III e §3º, gerando decisão vinculante à Casa Legislativa. A literalidade da decisão não deixa margem para juízo político: a Mesa **“deverá apenas declarar a perda do mandato”**. Não há potestade decisória, apenas obrigação funcional de executar o comando.

15. O §3º do art. 55 não contém margem para discussão sobre conveniência ou oportunidade. A defesa que se admite é estritamente formal acerca de eventual inexistência de trânsito, erro material ou vício processual, nenhum dos quais é invocado pela Mesa Diretora.
16. A Mesa não pode rediscutir, reinterpretar, modular ou politizar efeitos de decisão judicial transitada em julgado. A eficácia da jurisdição penal não se submete ao crivo de colegiado parlamentar, pois a Constituição não estabeleceu um sistema de dupla jurisdição político-penal.
17. O STF tem sólido entendimento de que **decisão penal condenatória superior a 120 dias em regime fechado é incompatível com o exercício do mandato**, autorizando o próprio Poder Judiciário a determinar a perda, cabendo à Casa Legislativa apenas a formalização.
18. A Mesa deve declarar a perda do mandato em cumprimento à decisão do STF, porque a prisão em regime fechado, por força do artigo 55, III, CF, torna materialmente impossível o exercício das funções parlamentares e legitima o afastamento imediato.
19. Com a ratificação da decisão monocrática do relator pela Turma e o trânsito em julgado (artigo 55, VI, CF), aperfeiçoa-se a condenação definitiva como causa autônoma de cassação. Mas, neste momento, prevalece o artigo 55, IV, pois a condenação a pena superior a 4 anos implica a suspensão dos direitos políticos (artigo 15, III, CF). E sem direitos políticos, não há mandato.
20. Assim, não cabe à Mesa da Câmara encaminhar para a CCJ ou o Plenário para deliberar politicamente a decisão judicial definitiva. A perda do mandato é efeito constitucional obrigatório, a ser simplesmente declarada pela Mesa (artigo 55, §3º, CF). Condicionar a execução da decisão do STF ao arbítrio da Casa violaria a coisa julgada e a separação dos poderes.
21. O caráter declaratório do §3º é reforçado pela comparação com o §2º do mesmo dispositivo, que exige deliberação política em casos de condenação **não** relacionados à impossibilidade de exercício do mandato. Quando o constituinte quis conferir juízo político, o fez expressamente; quando não quis, atribuiu competência meramente declaratória.

22. A Mesa Diretora, ao enviar o caso para a CCJ, viola a Constituição no ponto em que distingue funções decisórias e funções declaratórias. Atua como se tivesse competência decisória, quando possui apenas competência executória.
23. A instauração de processo, oitiva de testemunhas, acareação e instrução probatória representam completa deturpação da natureza do ato. A CCJ não julga efeitos de decisão transitada em julgado. Menos ainda produz novo juízo sobre fatos já julgados.
24. Do mesmo modo, a situação do deputado **Alexandre Ramagem** reforça a natureza **vinculante, impositiva e automática** dos efeitos do art. 55, III e §3º, da Constituição Federal. A condenação criminal com trânsito em julgado, em regime fechado e por período superior a 120 dias, produz efeitos institucionais idênticos e igualmente obrigatórios. Assim como no caso de Carla Zambelli, a decisão judicial definitiva torna **materialmente impossível** o comparecimento do parlamentar às sessões legislativas, acarretando a perda do mandato como efeito constitucional obrigatório.
25. A manutenção simultânea de **dois parlamentares foragidos da Justiça brasileira**, ambos condenados definitivamente por este Supremo Tribunal Federal, e ambos beneficiados pela omissão da Mesa Diretora em cumprir decisões judiciais vinculantes, configura quadro institucional de extrema gravidade, incompatível com a ordem constitucional vigente. Trata-se de violação continuada ao princípio republicano, à moralidade administrativa e ao dever funcional da Mesa, que tem a obrigação constitucional de **implementar** e não revisar ou retardar os efeitos da jurisdição penal do STF.
26. A inércia da Mesa em declarar a perda do mandato de Ramagem reproduz, com absoluta simetria, o mesmo desvio de finalidade e o mesmo abuso de competência que se observa no caso Zambelli. Em ambos os cenários, o Legislativo tenta transformar um **ato vinculado** (ato meramente declaratório) em um **ato político facultativo**, esvaziando o comando imperativo do STF e criando precedente institucionalmente insustentável no sentido de que parlamentares condenados, presos, ou mesmo **foragidos no exterior**, podem continuar exercendo mandato enquanto aguardam trâmites internos artificialmente construídos para protelar os efeitos da condenação.
27. A decisão judicial transitada em julgado é inviolável, nos termos do art. 5º, XXXVI, da Constituição. A Mesa, ao ignorá-la, afronta garantia constitucional estruturante: a segurança jurídica.

28. O descumprimento de decisão judicial do STF produz responsabilidade direta, pessoal e institucional, por violação ao art. 102 da Constituição, que impõe supremacia do Supremo sobre interpretação constitucional e efeitos de suas decisões.
29. A tentativa da Mesa de instaurar contraditório paralelo representa forma indevida de reabertura da jurisdição penal, transformando o Legislativo em tribunal revisor, o que é expressamente vedado pela separação de Poderes.
30. A jurisprudência do STF afirma reiteradamente que **nenhuma instância administrativa ou política pode obstar a execução de decisão judicial**. Esse entendimento se aplica com ainda mais rigidez quando se trata de decisão penal. É um axioma do Estado Democrático de Direito: decisão judicial se cumpre; se for definitiva, irrecorrível e com trânsito em julgado, salvo as excepcionais hipóteses legais, torna-se imutável.
31. A situação fática reforça a incompatibilidade: a parlamentar encontra-se **presa em território estrangeiro**, em razão de ordem deste Supremo. É impossível, sob qualquer ótica constitucional, exercer mandato nessas condições.
32. A manutenção do mandato em tais circunstâncias não encontra amparo constitucional, legal ou jurisprudencial. Trata-se de criação de precedente gravíssimo, qual seja, a existência de parlamentar que exerce mandato formal enquanto foragido.
33. O sistema constitucional não admite a ficção de mandato exercido do exterior por condenada com trânsito em julgado. Não há licenças, missões oficiais ou justificativas possíveis.
34. A representação na CCJ não tem fundamento regimental compatível com o regime constitucional. Não cabe contraditório político quando o tema é efeito direto de decisão penal definitiva.
35. A conduta da Mesa afronta também o **princípio da moralidade administrativa**. A manutenção de parlamentar presa e foragida no cargo viola o decoro e deslegitima a representação popular.
36. O princípio republicano exige que mandatos sejam exercidos por representantes capazes de comparecer, deliberar, legislar e cumprir suas funções. O caso concreto inverte a lógica institucional.

37. A Constituição, no art. 15, III, estabelece suspensão automática dos direitos políticos em caso de condenação criminal. Não pode haver exercício de mandato sem direitos políticos válidos.
38. A situação configura perigoso precedente de blindagem institucional. Permitir que o Legislativo ignore ordem do STF abre espaço para esvaziamento da jurisdição constitucional.
39. Assim, o direito líquido e certo é claro: **cumprir imediatamente a decisão judicial transitada em julgado que determinou a perda do mandato**, sem deliberação, sem instrução e sem qualquer trâmite na CCJ.
40. A Representação nº 2/2025, instaurada na Comissão de Constituição e Justiça, **não encontra respaldo constitucional**, porquanto o caso não diz respeito a infrações disciplinares, mas sim à **execução de decisão penal condenatória com trânsito em julgado**.
41. O trâmite na CCJ configura **indevida reabertura de juízo político em face de decisão judicial impositiva**. A perda de mandato já foi decretada pelo STF, cabendo à Mesa tão somente sua **declaração formal**, sem necessidade de qualquer deliberação ou instrução suplementar.
42. A tentativa de instaurar novo procedimento contraditório é uma **fraude à Constituição**, que pretende **politizar e postergar os efeitos de decisão judicial definitiva**, especialmente grave no caso de parlamentar **foragida da Justiça**, incluída no **alerta vermelho da Interpol** e presa em território estrangeiro.
43. A realização de **oitiva de testemunha em processo de execução de decisão judicial é juridicamente incabível** e, no caso, assume contornos escandalosos, pois uma das “testemunhas” indicadas também sofre pedido de extradição deduzido pelo STF.
44. O presidente da CCJ indeferiu formalmente, porém, na prática, permitiu a realização de acareação e instrução probatória **em sede de execução penal**, o que é juridicamente descabido e fere o princípio da coisa julgada.
45. A tentativa de setores da extrema-direita da Câmara dos Deputados de reabrir um juízo político sobre a perda do mandato de parlamentar **já condenado criminalmente com trânsito em julgado** representa grave violação à separação de Poderes e ao princípio da indisponibilidade da

jurisdição penal condenatória. Uma vez encerrada a prestação jurisdicional e reconhecida a necessidade da perda do mandato como consequência da condenação, inexistente espaço constitucional para deliberação política posterior.

46. O Supremo Tribunal Federal, ao condenar a parlamentar e determinar a perda do mandato com fundamento no inciso III do art. 55 da Constituição, agiu dentro dos limites de sua competência constitucional como Corte de julgamento de parlamentares federais. O §3º do mesmo artigo é claro ao atribuir à Mesa da Casa Legislativa a mera função **declaratória**, sem qualquer margem de apreciação política, consultiva ou investigativa.
47. Nesse contexto, a tramitação de uma representação na Comissão de Constituição e Justiça, inclusive com a designação de instrução probatória e oitiva de testemunhas, representa uma tentativa clara de **transformar um ato vinculado e impositivo em um ato discricionário e sujeito à negociação política**. Essa conduta não apenas viola o texto constitucional, mas também mina a autoridade do próprio Supremo Tribunal Federal, convertendo suas decisões em peças sujeitas à reavaliação parlamentar.
48. A jurisprudência do STF é firme no sentido de que **não cabe à Casa Legislativa interferir na execução de decisão penal definitiva**: os efeitos da condenação penal com trânsito em julgado são **automáticos e não dependem de chancela da Câmara ou do Senado**, sendo a perda do mandato um efeito constitucional obrigatório quando reconhecido nos termos dos incisos art. 55, III, c/c §3º, da CF.
49. **A Mesa Diretora encaminhou a Representação 2/25 nos termos do artigo 55, VI, c/c §2º, da CF, em desacordo com a decisão do STF.**
50. A decisão do acórdão na AP 2.428 foi cristalina:

“Na hipótese do período de prisão definitiva do parlamentar, a ser cumprido em regime fechado, ser superior a 120 dias, a condenação criminal acarretará a perda do mandato parlamentar, independentemente da deliberação do órgão legislativo do qual o réu faça parte. Isso porque o inciso III do artigo 55 da Constituição é expresso em estabelecer a perda do mandato caso o parlamentar deixe de comparecer, em cada sessão legislativa, à terça parte das sessões ordinárias da Casa a que pertencer, salvo licença ou missão por esta autorizada. E nesse caso incide o §2º da CF/88, que dispensa o debate legislativo sobre a perda, impondo à Mesa da Casa Parlamentar apenas a homologação da perda do mandato. Os §§2º e 3º

do artigo 55 da Constituição estabelecem dois papéis diferentes para a Casa Parlamentar, no que tange à perda do mandato de Deputado Federal ou de Senador. De um lado, o §2º prevê uma função decisória, hipótese em que a maioria absoluta dos membros da respectiva Casa resolve se haverá ou não a perda do mandato; **de outro, o §3º estatui uma atribuição meramente declaratória da Mesa do órgão legislativo a que pertença o condenado, da mesma maneira que ocorre na hipótese de condenação por improbidade administrativa.** Percebe-se que, em ambos os casos, há obrigatoriedade de respeito à ampla defesa. Todavia, o alcance da expressão é diverso. O ato defensivo de que cuida o §2º é mais abrangente e admite, inclusive, dilação probatória e nova argumentação. **Por outro lado, a defesa prevista no §3º é mais restrita e se limita à discussão sobre questões meramente formais, a exemplo da não ocorrência do trânsito em julgado ou da arguição de alguma nulidade procedimental.** Como no caso concreto a pena a ser cumprida no regime fechado supera 120 dias, a nítida incompatibilidade entre o seu cumprimento e o comparecimento do sentenciado a, no mínimo, 1/3 das sessões legislativas ordinárias: (a) autoriza que o Poder Judiciário determine a perda do mandato do parlamentar condenado criminalmente; (b) determina a incidência do disposto no §3º do artigo 5 da CF/88, de modo que a Mesa da Câmara dos Deputados deverá apenas declarar a perda do mandato aqui decretada. Nesse sentido, a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, sobre a possibilidade de o Judiciário determinar a perda do mandato parlamentar nas hipóteses de condenação a regime fechado por prazo superior a 120 dias.” (grifou-se)

51. Permitir que o Conselho de Ética avalie novamente os méritos da condenação, ou mesmo os fatos que a fundamentaram, **viola o princípio da coisa julgada material**, transformando o Parlamento em instância revisora do Judiciário, o que é vedado pelo sistema de freios e contrapesos. A representação em curso tem como único objetivo protelar a execução da decisão do STF, especialmente à luz das recentes movimentações políticas no Congresso Nacional, que construiu uma bancada de foragidos.
52. Além disso, a tramitação da Representação nº 2/2025 ocorre **em total dissonância com os precedentes do próprio Congresso Nacional**. Não há notícia de outro caso em que a perda do mandato imposta pelo STF tenha sido convertida em processo disciplinar subsequente, especialmente com fase instrutória.
53. Ainda mais grave é o fato de que a Comissão de Constituição e Justiça admitiu a instrução processual com base em **argumentos já rechaçados pelo STF**, inclusive com tentativa de se valer de acareação com o correu Walter Delgatti, também condenado e que sequer ocupa função pública. Essa estratégia **não apenas carece de previsão regimental, como também viola os princípios da moralidade e do interesse público**,

transformando o Conselho em palanque político para reescrever fatos já julgados.

54. O próprio Regimento Interno da Câmara dos Deputados não admite que a Comissão de Constituição e Justiça atue sobre matéria cuja natureza seja **jurisdicional penal já decidida com trânsito em julgado**. Ainda que se pretenda invocar alguma competência residual do colegiado, ela estaria subordinada ao respeito à Constituição e às decisões judiciais definitivas, jamais podendo ser exercida para desconstituí-las.
55. O Supremo Tribunal Federal já assentou, em diversas oportunidades, que a execução de suas decisões **não pode ser obstaculizada por omissões ou deliberações indevidas do Legislativo**, inclusive quando se trata da perda de mandato de parlamentar. Trata-se de imposição decorrente do art. 102 da CF, que confere à Suprema Corte **autoridade final sobre a interpretação da Constituição e sobre o controle de constitucionalidade e legalidade das condutas dos demais Poderes**.
56. Por fim, a insistência da Câmara em manter a tramitação da representação configura também uma forma de **obstrução institucional da Justiça**, pois impede o cumprimento de uma ordem judicial vinculativa. Essa postura, se tolerada, **abrirá precedente perigoso**, segundo o qual condenados definitivos poderão adiar por tempo indeterminado a perda de seus mandatos através de expedientes regimentais e manobras políticas, comprometendo gravemente a credibilidade das instituições democráticas.
57. Agrava-se o quadro de ilegalidade quando se observa que o procedimento instaurado perante a Comissão de Constituição e Justiça está sendo conduzido com aparente **desvio de finalidade e com manifesta intenção protelatória**, violando o dever de cumprimento imediato da decisão judicial proferida no bojo da Ação Penal nº 2.428, que transitou em julgado. Apesar de a perda de mandato ser efeito automático da condenação criminal nos termos do art. 55, III, §3º, da Constituição Federal, o processo representativo está sendo utilizado como mecanismo para submeter o caso a nova avaliação de mérito, como se a condenação não existisse ou não produzisse efeitos institucionais.
58. Em flagrante afronta à natureza vinculante do acórdão da Suprema Corte, o Conselho de Ética promoveu a oitiva de supostas “testemunhas” que, em sua maioria, **não possuem qualquer pertinência com a execução da decisão judicial ou com os fatos objeto da ação penal transitada em julgado**. Dentre os inquiridos, consta o próprio **corréu Walter Delgatti**

Neto, já condenado pelo STF na mesma ação penal e cuja atuação não pode, sob qualquer argumento jurídico razoável, interferir nos efeitos da condenação da deputada.

59. Além disso, a Comissão de Constituição e Justiça acolheu, como parte da instrução, o **assistente técnico da defesa na ação penal, Michel Spiero**, com a finalidade declarada de reabrir discussões sobre perícias e elementos probatórios que já foram analisados e considerados suficientes para a condenação. Essa conduta revela tentativa disfarçada de revisão do julgado por via administrativa e representa afronta direta ao princípio da autoridade das decisões judiciais.
60. O caráter político e arbitrário da instrução ainda se evidencia com a oitiva de pessoas completamente **estranhas ao processo judicial**, como o também foragido **Eduardo Tagliaferro**, que jamais participou da ação penal como parte, testemunha ou perito. A convocação de tais indivíduos apenas serve à tentativa de criar uma narrativa paralela, manipulável e desconectada da verdade processual reconhecida judicialmente, servindo de insumo para possível reversão política da perda do mandato.
61. Mais grave ainda, a Comissão de Constituição e Justiça **realizou a oitiva da própria deputada Carla Zambelli para o dia 24 de setembro, quarta-feira, às 10h**. A deputada está atualmente **presa em penitenciária naquele país**, em razão de **difusão de alerta vermelho da Interpol**, aguardando o trâmite do processo de extradição.
62. Esse conjunto de atos revela que a Comissão de Constituição e Justiça está sendo instrumentalizado não como instância de análise da constitucionalidade de projetos de lei, mas como trincheira de **reação à autoridade da Suprema Corte**, promovendo a deslegitimação da decisão penal e gerando instabilidade institucional. Trata-se de tentativa de criar uma “terceira instância” deliberativa, não prevista na Constituição, para **suspender, retardar ou descumprir efeitos de uma condenação judicial irrevogável**.

VI. DA INELEGIBILIDADE DE PARLAMENTAR FORAGIDA DA JUSTIÇA.

63. A deputada Carla Zambelli está **presa na Itália sob custódia das autoridades locais**, após ter sido **inserida no sistema da Interpol** por ordem do STF. Está em curso o procedimento de extradição. Não se trata

de situação de ausência ou licença, mas de condição objetiva de **impedimento absoluto para o exercício de mandato parlamentar**.

64. A manutenção de seus direitos parlamentares sob tais circunstâncias **viola a moralidade administrativa, o princípio republicano e a dignidade da função pública**. A parlamentar encontra-se **impedida de votar, relatar, representar ou exercer qualquer função legislativa**, não havendo precedente de tolerância institucional a uma situação análoga.
65. Permitir a manutenção do mandato nestas condições é **criar jurisprudência de impunidade e blindagem institucional para foragidos**, numa tentativa clara da extrema-direita de transformar **criminosos condenados em mártires políticos**.
66. A perda dos direitos políticos, no caso, decorre automaticamente da condenação criminal com trânsito em julgado, nos termos do art. 15, inciso III, da Constituição Federal. Trata-se de condição objetiva, não passível de suspensão ou modulação pela Câmara dos Deputados.
67. A ausência de resposta célere da Mesa da Câmara **compromete o cumprimento da decisão judicial** e fere a autoridade do Supremo Tribunal Federal.

VII. DO PERICULUM IN MORA.

68. O perigo é concreto, imediato e institucional. A Mesa mantém procedimento que afronta diretamente decisão judicial e ameaça consolidar precedente irreversível de esvaziamento da autoridade do STF.
69. A tramitação na CCJ continua, com oitivas, acareações e diligências, todas inconstitucionais. Cada ato ampliará o dano institucional, criando fato consumado político.
70. A manutenção da parlamentar foragida no cargo compromete a própria legitimidade da Câmara dos Deputados, convertendo mandato eletivo em escudo contra cumprimento da lei penal.
71. A demora agrava o risco de instabilidade institucional, pois parlamentares da base extremista anunciam publicamente a intenção de ignorar a decisão judicial.

72. Ontem, dia 2/12/2025, foi lido na CCJ o relatório com parecer pela não cassação de Carla Zambelli, o que aprofunda a violação do art. 55, §3º, da Constituição.
73. O perigo de dano institucional agrava-se ainda mais com a manutenção simultânea dos mandatos de **Zambelli e Ramagem**, ambos com trânsito em julgado certificado e ambos com pendência de cumprimento da ordem judicial de declaração de perda do mandato pela Mesa. A omissão deliberada da autoridade coatora cria, na prática, uma inédita e inconstitucional “**bancada de foragidos**”, cujos integrantes exercem ficticiamente mandato parlamentar enquanto se evadem da aplicação plena da lei penal, situação que ameaça a credibilidade das instituições democráticas, subverte o regime constitucional de separação de poderes e gera dano ao erário.
74. O adiamento e a obstrução ao cumprimento da decisão favorece a criação de narrativa política para subverter decisão penal, o que agride a soberania jurisdicional da Suprema Corte.
75. A parlamentar encontra-se presa no exterior: manter mandato nessa situação é absoluta subversão da lógica constitucional, produzindo dano irreversível à ordem pública.
76. Por tudo isso, a concessão da liminar é indispensável à preservação da autoridade do STF e à prevenção de grave e continuada lesão institucional.

VIII. DO PEDIDO LIMINAR.

77. Estão presentes os requisitos para concessão de **medida liminar**: o *fumus boni iuris* decorre da violação frontal à Constituição, ao artigo 55, §3º, e à autoridade do STF; o **periculum in mora** reside no fato de que a Comissão de Constituição e Justiça apresentou parecer do relator pela não cassação do mandato de Carla Zambelli, o que foi aprovado pelo Plenário, em afronta direta à decisão judicial e compromete sua eficácia.
78. A medida liminar é **urgente e necessária para impedir a continuação de trâmite flagrantemente inconstitucional**, com potencial de causar danos irreparáveis à autoridade do Poder Judiciário e ao Estado Democrático de Direito.
79. Isto posto, Requer-se que a medida liminar determinando que a Mesa Diretora da Câmara dos Deputados **declare, no prazo de 24 horas**, a

perda do mandato parlamentar de Carla Zambelli (PL/SP) e Alexandre Ramagem (PL/RJ), em cumprimento ao trânsito em julgado certificado nos autos da AP 2.428, AP 2.415 e AP 2.668, respectivamente, todas julgadas pela Primeira Turma do STF. A omissão no cumprimento da decisão judicial em ambos os casos, Zambelli e Ramagem, constitui violação constitucional e deve ser reprimida com a urgência, sob pena de dano institucional irreparável e afronta grave à autoridade desta Corte Constitucional.

IX. DO VALOR DA CAUSA.

80. Para fins de alçada e recolhimento das custas judiciais, atribui-se à causa o valor de **R\$ 1.000,00 (mil reais)**, nos termos do art. 292, §3º, do Código de Processo Civil e da jurisprudência deste Supremo Tribunal Federal sobre mandados de segurança impetrados por parlamentar no exercício de suas funções.

X. DOS PEDIDOS.

81. Ante o exposto, requer-se:

- a)** A concessão **liminar** para **suspender imediatamente os efeitos da votação da madrugada de hoje que aprovou o relatório original pelo arquivamento da Representação nº 2/2025 contra Carla Zambelli**, bem como para realizar o **julgamento antecipado do mérito**, no sentido de determinar, **com urgência, no prazo de 24h**, que a Mesa da Câmara dos Deputados **cumpra imediatamente a decisão do STF nos autos da AP 2.428, na AP 2.415 e AP 2.668, respectivamente, declarando a perda dos mandatos da deputada federal Carla Zambelli (PL/SP) e do deputado federal Alexandre Ramagem (PL/RJ)**, nos termos do art. 55, III, IV e VI c/c §3º, da Constituição Federal;
- b)** Ao final, a concessão definitiva da segurança para **confirmar o pedido de liminar.**
- c)** A notificação da autoridade impetrada para prestar informações no prazo legal;
- d)** A ciência à Procuradoria-Geral da República.

Nesses termos,
Pede deferimento.

Brasília, 11 de dezembro de 2025.

LINDBERGH FARIAS

Deputado Federal (PT/RJ)

Líder da Bancada do Partido dos Trabalhadores na Câmara dos Deputados

MARCO AURÉLIO DE CARVALHO

OAB/SP 197.538

MANOEL DE DEUS CORREIA

OAB/SP 453.329